

ERÁRIO RÉGIO: CONTADORES, DEVEDORES E CREDITORES E RESPECTIVOS SALDOS¹

ROYAL TREASURY: COUNTERS, DEBTORS AND CREDITORS AND THEIR BALANCES

Manuel José Benavente Rodrigues

RESUMO

Esta comunicação gira em volta do número e dimensão dos saldos das contas de Terceiros – Dívidas Activas e Passivas – nos anos de 1765 e 1798, presentes nos livros Mestre das Contadorias do Erário Régio.

Para isso, demos ênfase aos recursos humanos, estudando quem executa os registos contabilísticos – Os Tesoureiros, Contadores, Escrivães e Escriturários -; quem é registado, ou seja os Devedores e Credores, e finalmente analisando os saldos, sua natureza, valores e respectiva antiguidade.

Pesquisou-se assim o passado dos funcionários e dos Devedores e Credores, nas Habilitações à Ordem de Cristo, no Registo Geral das Mercês e no Tribunal do Santo Ofício.

Quanto aos saldos propriamente ditos, foram nossas fontes os Livros de Contabilidade do Erário Régio, os quais, após a consolidação dos Balanços, por nós reconstruídos, permitiram a articulação de conceitos, estabelecendo-se juízos, de forma a após deduções e induções, obtermos algumas conclusões, primeiro em relação às pessoas e depois em relação ao próprio Erário.

O Erário Régio que do ponto de vista institucional é uma bandeira do Absolutismo, confirma aqui também uma competência contabilística formal, que repousa, bem vistas as coisas, na primeira metade do século XVIII.

Quanto às competências materiais do Erário, ficam-se pela vontade das suas elites em fazerem da Contabilidade um mero instrumento de poder ao seu serviço.

ABSTRACT

Beginning in 1762 and ending in 1833, Erário Régio is the Portuguese Institution of XVIII century to render accounts to King. And for the first time in Portugal Erário Régio adopts the double entry system of accounting.

In this paper we study the accounting balance of 1765 and 1798 years, in Erário Régio. We study too, the past of Accountants of Erario and the past of Debtors and Creditors to Erário, trying to understand all the Institution.

Erário Régio rises in Portugal, the Absolutism flag of double entry system of accounting. Only its secrets and its lack of transparency poses one question: What is more important, double entry or Absolutism?

¹ a. Enviado/Submitted: 21-04-16
b. Aceptado/Accepted: 07-06-16

PALAVRAS-CHAVE:

Registos contabilísticos, Erário Régio, Siglo XVIII, Portugal.

PALABRAS CLAVE:

Registros contables, Tesoro Real, Siglo XVIII, Portugal.

KEY WORDS:

Accounting Balance, Royal treasury, XVIII century, Portugal.

Introdução

O Erário Régio como instituição financeira centralizadora da prestação de contas do Reino de Portugal existiu de 1762 a 1833. A escrituração contabilística adoptada seguiu o método das partidas dobradas de Luca Pacioli, cujo livro pela primeira vez fora impresso e publicado em 1494 em Veneza.

Da sua análise, nas suas múltiplas variáveis, desde a financeira, à política, humana ou teórica, um dos nichos de grande impacto são os actores que mais ou menos protagonistas ou mais ou menos anónimos, povoam a sua História. E isto tanto ao nível de quem regista, como de quem é registado, isto é, responsáveis pelos registos das contas, funcionários da instituição, e titulares de contas movimentadas na contabilidade, responsáveis por determinados valores perante o próprio Erário. Estamos pois em território de Contadores responsáveis pelos registos e Devedores e Credores responsáveis pelos respectivos saldos.

Dentro deste grande “puzzle” que constitui o Erário Régio durante mais de setenta anos, nesta comunicação evidenciamos pois esta pequena gaveta e em dois ciclos -1765 e 1798 - com a intenção de investigar percursos sociais destes funcionários e Devedores e Credores, bem como perceber a evolução dos respectivos saldos, para melhor tentar perceber o Erário Régio.

1- Metodologia

Nos dois ciclos de 1765 e 1798 temos três objectos a investigar:

- Funcionários
- Devedores e Credores presentes nas contas dos Livros Mestre da Contabilidade
- Saldo e valores acumulados nos Livros Mestre.

Nos funcionários do Erário Régio que tomaram posse em 1762, analisámos privilégios e hábitos obtidos, utilizando como fontes o Registo Geral de Mercês² e as Habilitações à Ordem de Cristo³.

² O Registo Geral das Mercês foi instituído por Alvará de 31 de Dezembro de 1547, ficando assentes em livros as “doações de terras, alcaidarias-mores, rendas, jurisdições, cartas e provisões de comendas, capitánias, ofícios e cargos de justiça e da fazenda, tenças, privilégios, licenças para se venderem e

Quanto aos Devedores e Credores procedeu-se a consultas nos processos da Ordem de Cristo e do Tribunal do Santo Ofício para verificação da concessão do Hábito da Ordem de Cristo ou da admissão como Familiar do Tribunal do Santo Ofício entre os anos de 1762 a 1798.

Tanto num caso como noutro, a razão da escolha, prende-se com o facto de tanto a Ordem de Cristo, como o Tribunal do Santo Ofício, serem duas das instituições de maior impacto da nossa História Moderna.

Quanto aos saldos e valores acumulados, considerámos contas de Terceiros – Dívidas Activas e Passivas – presentes nos Livros Mestre, nas cinco Contadorias do Erário nos anos de 1765 e 1798. Dos 280 saldos presentes nos Balanços que reconstruímos dos anos de 1765 e 1798, subtraímos 21 saldos respeitantes a contas Caixa diversas, restando 259 saldos pertencentes a contas de “Deve” e “Haver” diversos (Devedores e Credores, lato sensu).

2- Pesquisa

2.1-Tesoureiros, Contadores, Escrivães e Escriturários

Nesta primeira parte adaptámos um trabalho anterior⁴ e aqui vamos analisar privilégios e hábitos obtidos, por alguns funcionários do Erário, que tomaram posse em 1762 e que constituíram uma elite técnica recém chegada ou já velha conhecida das redes de poder.

Excluimos o Inspector-geral Carvalho e Melo por ser uma figura política de grande evidência, acima portanto da funcionalidade da Instituição; excluimos também o Porteiro, os Fieis e os Contínuos, centrando-se a análise nos tesoureiros, contadores, escrivães e escriturários do Erário.

Seleccção de 28 Tesoureiros, Contadores, Escrivães e Escriturários do Erário Régio que tomaram posse em 1762

Tesoureiro mor: José Francisco da Cruz

Contadores gerais: António Caetano Ferreira (Corte e Estremadura)

Baltazar Pinto de Miranda (Reino, Açores e Madeira)

Luís José de Brito (Rio Janeiro, Africa Oriental e Ásia Portuguesa)

Manuel Pereira de Faria (Africa Ocidental, Maranhão e Bahía)

Tesoureiros gerais: Francisco da Fonseca e Sousa (dos ordenados)

António Pereira da Silva (dos juros)

António Feliciano de Andrade (das tenças)

Escrivães: João Henrique de Sousa (do tesoureiro-mor)

trespassarem ofícios e tenças a outras pessoas, filhamentos de filhos, parentes e criados, Acrescentamentos de foros e moradias, ajudas de casamento e mercês de dinheiro”.

³ Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, foi instituída em 1318 por D. Dinis, sucedendo à Ordem do Templo extinta em 1311, sendo mais tarde, um dos importantes suportes da fase dos Descobrimentos.

⁴ Benavente Rodrigues, Manuel, (2011), *Os Homens do Erário Régio*, Revista Pecunia, nº 13, Universidad de Leon, pp. 59-81

Manuel José Benavente Rodrigues: Erário régio: contadores, devedores e credores e respectivos saldos

Francisco de Paula Pereira da Silva (dos ordenados)
 João de Campos de Andrade (dos juros)
 José Gomes Baptista (das tenças)
 Escriturários: João Gaspar Lyder (Corte e Estremadura)
 Manuel Cardoso da Cunha (idem)
 Paulo José Soares (idem)
 Bernardino da Costa Calheiros (Reino, Açores e Madeira)
 Felix de Almeida Pinto Pereira (idem)
 Francisco António Correia (idem)
 Francisco Xavier Cerqueira (Rio Janeiro, África Oriental e Ásia)
 Joaquim José Ferreira dos Santos (idem)
 Vicente Luiz Nobre (idem)
 António Silvério de Miranda (África Oriental. Maranhão e Bahía)
 Basílio Pereira da Silva (idem)
 João Baptista Ferreira (idem)
 1ºs. Escriturários: João Carlos Correia Lemos (Corte e Estremadura)
 Alberto Rodrigues Lage (Reino, Açores e Madeira)
 José Teodoro Silva (Rio Janeiro, África Oriental e Ásia)
 Sebastião Francisco Betâmio (África Ocidental, Maranhão e Bahia)

Quadro I- Funcionários Erário Régio-1762						
Origens, Hábitos e Mercês						
1-Origens						
	negociant.	contos	sub-total	utros	total	
Tesour./Contad./Escr.(12)	5	6	11		2	
Escr./1º Escrit.(16)	0	0	0	2	6	
totais	5	3	8	6	8	
2-Hábitos Ord.Cristo						
	até 1761	após 1761	sub-total	não	total	
Tesour./Contad./Escr.(12)	5	4	9		2	
Escr./1º Escrit.(16)	2	7	9		6	
totais	7	11	18	0	8	
3-Foros e outras Mercês						
	Foros	Foros	Outr.Mercês	total		

Manuel José Benavente Rodrigues: Erário régio: contadores, devedores e credores e respectivos saldos

	até 1761	após 1761				
Tesour./Contad./Escr.(12)	4	1	28			3
Escr./1º Escrit.(16)	3	0	15			8
totais	7	1	43			1
Observ.: As Habilitações à Ordem de Cristo foram pesquisadas em relação a todos						
	os 28 funcionários analisados.					
	Nos Foros e Outras Mercês estas ultrapassam em número, os funcionários					
	analisados.	Nos Foros a pesquisa não foi exaustiva.				

Como vemos no Quadro acima, dividimos assim os ofícios do Erário nos dois grupos seguintes:

Tesoureiros, Contadores e Escrivães (12 funcionários)

Escrivários e 1ºs Escriturários (16 funcionários)

Analisando o referido Quadro, vemos que o subdividimos em três grupos:

1- Origens

2- Hábitos da Ordem de Cristo

3- Foros e outras Mercês

Primeiro Grupo

Voltando acima aos funcionários, o primeiro grupo – 12 – engloba os cargos mais elevados do Erário e temos quanto às origens:

Seis provinham da repartição dos Contos do Reino e Casa, cinco eram ex-negociantes.

Quanto aos hábitos da Ordem de Cristo:

Havia nove habilitações, cinco antes de 1762 e quatro, com o Erário já a funcionar.

No que respeita aos Foros e outras Mercês, cinco tinham foro de cavaleiro fidalgo e registámos 28 outras mercês. Nestas mercês estão incluídas cartas título, de patente, padrão, comendas, alvarás, etc.

Notamos pois que este primeiro grupo, é constituído por indivíduos que já faziam parte de uma determinada elite, antes da tomada de posse nos cargos do Erário em 1762.

Segundo Grupo

Aqui agrupámos 16 funcionários da elite mais baixa do Erário.

Nas Origens, não há negociantes, nem funcionários da Repartição dos Contos do Reino e Casa.

Quanto a habilitações à Ordem de Cristo, há nove habilitações – duas são até 1761 e sete após essa data -.

Nos Foros e outras Mercês há três de cavaleiro fidalgo e 15 outras Mercês.

2.2- Devedores e Credores

2.2.1-Investigação nos processos da Ordem de Cristo e do Tribunal do Santo Ofício⁵

Procedeu-se a consultas a processos da Ordem de Cristo e do Tribunal do Santo Ofício para verificação da concessão do Hábito da Ordem de Cristo ou da admissão como Familiar do Tribunal do Santo Ofício entre os anos de 1762 a 1798, a 62 nomes (amostra de 24%) dos 259 presentes nas contas atrás indicadas.

Ordem de Cristo:

- 3 nomes analisados
- logo 59 nomes não constam na Ordem de Cristo nos 62 casos investigados.

Tribunal do Santo Ofício:

- 6 nomes analisados
- 9 nomes não analisados por os Processos se encontrarem em mau estado (ANTT).
- logo 47 nomes não encontrados no Tribunal do Santo Ofício, nos 62 nomes investigados.

Em resumo, investigados 62 nomes das 259 contas acima indicadas, nos dois Arquivos – Santo Ofício e Ordem de Cristo - só 9 nomes foram analisados, havendo outros 9 que não o foram, por os Processos se encontrarem em mau estado; logo só cerca de 7% figuravam nos dois Arquivos, o que desabona o seu estatuto social.

2.3 – Saldos e valores acumulados nos Balanços

Número de contas com saldos nos Balanços

O número de contas com saldos nos Livros Mestre das Contadorias com os quais reconstruímos os Balanços de 1765 e 1798, é de 280.

Desse número, considerámos apenas as chamadas contas de Terceiros – Dívidas Activas e Passivas – presentes nos Livros Mestre do Erário Régio em todas as Contadorias.

1765: quantidade de contas com saldos, 82, retirando 8 contas de Caixa, **74**.

1798: quantidade de contas com saldos, 198, retirando 13 contas de Caixa,

185.

Total de contas de Terceiros com saldos nos dois anos estudados: **259**

1765

	Balanços	Balanços	
--	----------	----------	--

⁵ Tribunal do Santo Ofício foi instituído em Portugal em 1536 pelo Papa Clemente VII para julgar culpas por práticas judaicas, luteranas, maometanas, feitiçarias, sortilégios e bigamia. Gerida por dominicanos e ou franciscanos, a sua proeminência prolongou-se até ao reinado de D. João V.

Manuel José Benavente Rodrigues: Erário régio: contadores, devedores e credores e respectivos saldos

	nº contas com saldo		acumul. em contos reis (milhão de reis)	
	Débito	Crédito	Débito	Créd.
1765-				
1-Corte e Estr.	20	6		
2-Reino	10	3		
3-Áfr.Mar.	18	5		
4-Rio, Ás.	16	4		
total	64	18	17725	6790

1798

	Balanças		Balanças	
	nº contas com saldo		acumul. em contos reis	
	Débito	Crédito	Débito	Créd.
1798-				
1-Lx	33	15		
2-Estr.	0	3		
3-Reino	25	9		
4-Áfr.Mar.	47	25		
5-Rio, Ás.	28	13		
total	133	65	94413	79204

Primeiro, há que esclarecer que o património contabilístico à guarda do Tribunal de Contas não possui qualquer Balanço consolidado englobando as Contadorias do Erário Régio. Os Balanços que referenciamos aqui, foram reconstituídos e consolidados por nós, o de 1765, durante a investigação para a nossa dissertação de Mestrado concluída em 2011, o de 1798, para a tese de doutoramento em curso.

Em relação ao número de contas com saldo, deve-se ter presente que nem sempre as contas de cada Contadoria respeitam na realidade a essa Contadoria, pois a atribuição por vezes feita pela hierarquia do Erário, segue uma visão utilitarista, integrando despesas em Contadorias menos sobrecarregadas, pelo que se deve ter prudência na análise. Aconteceu assim, por exemplo com contas da Casa Real e da Casa de Bragança inseridas na Contadoria da África, Maranhão e Bahía, quando pertenciam à Corte e Província da Estremadura.

Mesmo assim verifica-se em termos de números de contas, uma certa homogeneidade de contas em aberto a débito e a crédito comparativamente em cada Contadoria tanto em 1765 como em 1798.

Como também se verifica, o número de contas com saldo em aberto, é muito superior a débito em relação ao crédito, o que explicaremos na análise.

Em 1798 há cinco Contadorias em vez de quatro, uma delas herdando e transmitindo para o futuro apenas contas Caixa como contas de Balanço (Contadoria da Província da Estremadura). Foi o caso da Contadoria da Corte e Província da Estremadura, em 1787, ter sido desdobrada em duas novas Contadorias: Contadoria de

Lisboa e seu Termo, que passou a recolher contas também da Casa Real e Contadoria da Província da Estremadura, a tal Contadoria que ano a ano transfere para resultados os saldos de todas as contas, excepto os saldos das contas Caixa, que sendo as únicas a reabrir no ano seguinte são as únicas contas de Balanço da Contadoria.

Por outro lado, temos muito mais contas com saldo no Balanço – 133 a débito e 65 a crédito – do que tínhamos em 1765.

3- Análise

O acesso ao Tribunal do Santo Ofício bem como à Ordem de Cristo serviu para premiar indivíduos, livres de duas condições: limpeza de sangue e ofícios mecânicos, o que era socialmente prestigioso.

Por outro lado, tanto no Santo Ofício, como na Ordem de Cristo e com mais regularidade no século XVIII, a segunda condição – ofício mecânico - poderia ser afastada, mediante serviços prestados ao Rei, entrega de donativos, ou nos tempos pombalinos, a subscrição de capital numa das Companhias Monopolistas criadas entretanto.

Voltando aos **funcionários** do Erário, lembre-se que, mesmo o mais humilde destes 38 funcionários, fazia parte de um organismo do Estado, inovador, centralista e secretista, e que só a integração numa rede social muito valorizada poderia permitir a entrada neste tipo de instituição.

Quanto ao primeiro grupo, os de estatuto profissional mais elevado, esses homens eram recrutados normalmente na sua especificidade profissional, negociantes/guarda-livros. Exibiam hábitos da Ordem de Cristo e tendo um estatuto social mais elevado tinham mais hábitos que os escriturários e 1^{os} escriturários; recebiam muitas mercês como cartas, comendas, alvarás, etc, antes e depois de 1762.

Assinale-se que pelo menos seis funcionários em doze, que representam 50%, do total desse grupo, provinham da repartição dos Contos do Reino e Casa, precisamente a que o Erário Régio substituiu e tinha sido acusada de descontrolo, corrupção e fraude (Rau, 1949). Esta chamada de funcionários da repartição desaparecida e que trabalhava por partidas simples, para a nova repartição que utilizava as partidas dobradas, demonstra também como a habilitação destes contadores era reconhecida, o que nos ajuda a consolidar a ideia que no Portugal da primeira metade do século XVIII já havia muitos portugueses que se distinguiam na execução de registos por partidas dobradas, ao contrário do que nos deixou escrito Jacome Ratton (Ratton, 1992).

Se o Erário constituiu uma promoção social para estas elites, mais ainda constituiu, para aqueles que aqui classificamos como a elite baixa do Erário, pois as habilitações à Ordem de Cristo foram mais após 1762 do que antes. É certo que nestes percursos de vida se deve também acautelar a idade dos actores em 1762, pois pessoas com acesso a cargos mais elevados, seriam certamente mais idosos e eventualmente teriam já um percurso social mais rico. Ainda em relação a títulos, e como esta elite era sensível a eles, evidenciamos aqui o caso do Tesoureiro-mor José Francisco da Cruz, pois nos livros do Erário a partir de meados de 1763, passa a chamar-se José Francisco da Cruz “Alagoa”, devido à atribuição de uma capela vaga, pertencente à Quinta do

mesmo nome. Por curiosidade informamos que esta Quinta ainda hoje está muito prestigiada com a produção do vinho de Carcavelos.

Quanto aos **Devedores e Credores** constantes das contas de Terceiros dos Livros Mestre das Contadorias, só 5% dos nomes estão presentes nos Processos da Ordem de Cristo e 24% nos Processos do Santo Ofício, pelo que se podem considerar como excepções em relação ao total das contas de Devedores e Credores presentes nos registos de contabilidade do Erário Régio em 1765 e 1798.

Vendo funcionários do Erário Régio e Devedores e Credores com saldos, podemos recorrer ao tipo ideal de Max Weber (Weber,2004) para caracterizar a traço grosso, os casos assinalados, pois o tipo ideal é uma definição não real, elaborado a partir de dados considerados essenciais, em que se vincam de forma superlativa as características dominantes. Sendo abstracto, acaba por ajudar a perceber a realidade em concreto, fornecendo dados para um quadro médio ideal.

No que se refere ao nosso caso, e como exemplo, podemos apresentar como conceitos convergentes ao factual, *religião, negócio, família*.

Constata-se assim que o percurso destes indivíduos estudados, parece determinado pela **ascendência familiar** (viver à lei da nobreza) e **pela actividade profissional** (homens de negócios).

Ainda no que respeita apenas aos **Devedores e Credores** temos, na ascendência familiar, o pai e avós, como homem de negócios, boticário, cirurgião, fiel do tesouro, comitente, tesoureiro, etc.

Alguns exerciam **várias funções** em simultâneo, o que seria vulgar:

- a) Feitor e Provedor das Palhas das Tropas da Corte e Província da Estremadura e Feitor e Provedor das Tropas da Corte e Província da Estremadura.
- b) Tesoureiro dos Armazéns da Guiné e Índia e Tesoureiro da Casa de Bragança.
- c) Tesoureiro da Consignação Real e Tesoureiro dos Armazéns
- d) Comissário Assistente e Tesoureiro das Tropas das Beiras, Minho, Trás-os-Montes e Partido do Porto

Quanto às diversas actividades exercidas temos: tesoureiro, feitor, comissário, provedor, contador, director, almoxarife, administrador, ministro, comprador, comandante, pagador.

Continuando a visitar estas excepções, temos:

- a) um “cativo de segunda condição” –mecânica – por o avô ter sido alfaiate.

Esta condição é no entanto afastada, mediante um donativo de 100 mil reis, para além da garantia do exercício do cargo de Tesoureiro, ser filho de um tenente e pai de um tenente e dois alferes, e “viver à lei da nobreza”⁶.

- b) idade superior a 50 anos – idade limite para habilitando à Ordem de Cristo, mas que nem por isso em 1762, desfaz a habilitação que é justificada e em consequência lhe é passada certidão⁷

⁶ Habilitações à Ordem de Cristo Letra A- Maço 20 – Documento 9

c) Candidato a Familiar do Santo Ofício que é casado com mulher, filha de pai incógnito e cuja mãe, china, viveu numa casa, com sujeição, mas não sendo escrava acabou por casar com o proprietário, provando-se afinal que a mulher do candidato seria filha do proprietário, o que servia os objetivos de familiatura do candidato⁸.

Também se evidencia o facto de estes indivíduos detentores de contas de Devedores e Credores nos registos contabilísticos do Erário Régio, com saldos bastante elevados, respondem por eles, mas a grande maioria não são argentários, são funcionários periféricos ao Erário, com cargos de responsabilidade na rede logística do Reino, mas desprovidos de cabedais. Trata-se de contas que evidenciam normalmente uma dívida Activa, definindo Adiantamentos feitos pelo Erário a uma determinada repartição ou serviço, titulada pelo respectivo Tesoureiro, Contador, Provedor Almojarife, Administrador, etc. Outras vezes, embora mais raramente, trata-se de uma Dívida Passiva, que expressa normalmente uma antecipação de uma Receita Fiscal.

Há ainda a dizer que apenas quatro assentistas e argentários – capitalistas - aparecem nestes dois anos de Balanços do Erário, tanto a débito como a crédito, o que sendo estranho pode ajudar a explicar alguma coisa. São de apenas um ano, 1765, e são eles Joaquim António Alberto, Cristiano Stockeler, Anselmo José da Cruz e Domingos Magalhães, estes dois últimos, contratadores do Tabaco e com uma dívida passiva de 80 contos.

Quanto aos **saldos e acumulados do Livro Mestre** constatamos que nos Balanços do Erário, que construímos – o Erário não tem Balanços originais consolidados, pois são dados como perdidos – há muito mais saldos devedores que credores.

A conta Caixa é protagonista com uma função pivot nos registos contabilísticos do Erário Régio.

Quanto às contas de Pessoas expressando adiantamentos sobre Despesas são muitas mais, pois os Adiantamentos a crédito expressando receitas, rapidamente vão para contas de Resultados (não esquecer que uma das queixas do funcionamento da Casa dos Contos era a demora na entrega dos valores de receita).

Para além de se verificar contas com saldos movimentando-se regularmente há muitas outras que envelhecem durante anos com saldos inamovíveis, como aliás já acontecia bastante mas em menor escala nos anos 60.

Para melhor avaliarmos o valor relativo dos saldos das contas de Devedores e Credores, vamos estabelecer alguns termos de comparação para meados do século XVIII.

--- um milhão de reis é igual a “um conto” de reis.

---Duas toneladas de pimenta podiam valer 350 mil reis, tanto quanto poderia valer um quilograma de ouro, ou um escravo, peça-da-índia,⁹ e com aptidões por exemplo de cozinheiro.

---Já um escravo negociado pelas companhias pombalinas poderia valer no destino entre 40 e 80 mil reis.

⁷ Habilitações à Ordem de Cristo Letra M Maço 10 - Doc. 2

⁸ Tribunal do Santo Ofício, Maço - 150 Diligência 2919

⁹ Peça-da-Índia – escravo do sexo masculino, com idade compreendida entre 20 e 35 anos e com os dentes todos.

---O guarda-livros na Companhia da Fábrica das Sedas em 1745, em Lisboa, recebia 50 mil reis ao trimestre.

Dito isto, vejamos:

O saldo mais elevado nos Balanços de 1765 atribuído a um Devedor – Francisco Fonseca e Sousa, tesoureiro – é de 1.444 contos, e encontra-se no Livro Mestre da Contadoria da Corte e Província da Estremadura. Quanto ao saldo a crédito mais elevado pertence a Manuel José Peyrelongue, é de 2.787 contos e figura no Mestre da Contadoria do Rio, África Oriental e Ásia Portuguesa.

Em 1765 em 78 saldos de contas com dívidas activas e passivas, não mais de meia dúzia são superiores a 450 contos.

Realce-se a incomensurabilidade destes valores, o que nos leva a tentar perceber o que eles na realidade representam.

No que respeita a 1798 o saldo devedor mais elevado estava imputado a José Joaquim Ferreira Santos, tesoureiro, valia 8.268 contos e estava lançado no Mestre da Contadoria da Cidade de Lisboa e seu Termo. Já o saldo a crédito mais elevado pertencia ao Padre Frei Caetano da Piedade valia 80 contos e estava no Mestre da Contadoria da cidade de Lisboa. O curioso neste caso e que pode servir de paradigma para desconstruir uma falsa ideia do Erário, é que este saldo estava presente já em 1765 – 33 anos antes – e que o Erário continuava com esta dívida passiva ao Padre!

Aqui em 1798, em 198 contas com saldos expressando débitos e créditos nos Balanços, cerca de 25, serão superiores a 570 contos.

E com um acumulado a débito no Balanço de pouco mais de 94 mil contos verifica-se dois tesoueiros responsáveis pelos seguintes saldos devedores:

8.268 contos – José Joaquim Ferreira dos Santos – e 8.120 contos – José Joaquim Barros e Mesquita -!

Também nos Livros Mestre de 1798 se nota uma tendência para manter anónimo o nome do devedor ou do credor, preferindo protagonizar a acção no nome da respectiva conta.

Outra tendência que se nota nas contas com saldos devedores em 1798, é uma relação cada vez mais directa com despesas com munições de boca para as tropas (guerra).

Por fim ter em atenção os acumulados em contos de reis dos dois Balanços:

Resumo 1765-1798

	Balanços		Balanços	
	nº contas com saldo-		Acumul. em contos reis	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
1765-				
4 CONTADORIAS(1)	64	18	17725	6790
1798-				
5 CONTADORIAS(2)	133	65	94413	79204

Há que dizer que a estrutura destes Balanços impõem, uma grande prudência de análise, pois além de não configurarem de forma alguma as contas do Reino, muito menos podem fornecer uma informação económica minimamente fiável, dado ignorarem a conta de Ganhos e Perdas pondo em pivot do sistema contabilístico do Erário Régio a conta Caixa.

Assim a soma aritmética dos valores acumulados nos livros Mestre de 1765 a débito e crédito, expressam os lucros apurados em Ganhos e Perdas, desde 1762 (média aritmética de 2500 contos de reis por ano).

Também os acumulados do Balanço que preparámos e a preços correntes, dispara em 1798 e contraditoriamente os lucros acumulados em Ganhos e Perdas reduzem-se á média aritmética de 405 contos de reis por ano, evidenciando a profundidade das contas negativas e da crise que se vivia no Reino em fins do século XVIII.

Em 1798, com o Deve a valer 5,5 mais que em 1765 e o Haver a aumentar cerca de 12 vezes, em relação ao mesmo ano, os lucros médios acumulados, desceram – em termos nominais, e pior em tempos decerto de grande inflação! – para 405 contos de reis/ano!

Estávamos pois em plena trajetória inflacionária e embora com a devida prudência, estes números do Erário ajudam-nos a ilustrar as dificuldades do Reino no fim do século.

4-Conclusões

No que respeita aos funcionários admitidos em 1762 no Erário Régio, o preenchimento dos cargos mais elevados, como tesoureiros, contadores e escrivães, serviu para premiar amizades, confianças e fidelidades de uma elite já bem consolidada nas redes de poder e já possuindo hábitos, familiaturas, foros e mercês.

Nas suas origens, eram homens de negócio, guarda-livros, e ex-funcionários dos Contos do Reino e Casa, a instituição que com o terramoto de 1755, o Erário Régio viera substituir. “Homens de negócio” e “guarda-livros” eram expressões que nestes meados do século XVIII andavam entrelaçadas, pois guarda-livros eram muitas vezes também homens de negócios. Por outro lado concorria também para isso, o sigilo e intimidade das próprias relações profissionais; e o trabalho prático que desempenhavam, influenciava a substância do conceito das próprias profissões e as palavras que fazem o discurso, ajudavam a coroar a evolução desta trindade: conceito, prática e discurso. (Labardin e Nikitin, 2009).

Quanto à Casa dos Contos tão acusada de corrupções, acabou por fornecer seis ex-funcionários – contadores e escrivães - para estes doze cargos mais elevados do Erário Régio, ou seja cinquenta por cento!

Tendo em atenção a competência técnica com que os registos contabilísticos do Erário estão relevados logo a partir de 1762, mais isto depõe a favor da tese que em Portugal, na primeira metade do século XVIII, muitos guarda-livros portugueses decerto já dominavam os registos de contas por partidas dobradas, ao contrário do que ainda hoje é ideia feita na historiografia contabilística portuguesa, derivada das memórias de Jácome Ratton.

Quanto aos doze funcionários restantes - escriturários e 1^{os} escriturários - ou seja uma elite mais baixa, o Erário Régio serviu para distinguir homens mais jovens, talvez em inícios de carreira e que mais tarde seriam premiados com a Ordem de Cristo, Foros e outras Mercês, e assim foram subindo na hierarquia social. O Erário Régio aparece-nos pois como uma instituição de forte impacto social na época.

No que diz respeito aos Devedores e Credores com saldos em aberto em 1765 e 1798 nos Livros Mestre do Erário, constatámos que ao contrário dos funcionários, apenas uma minoria se encontrava cadastrada com o hábito da Ordem de Cristo e como familiar no Tribunal do Santo Ofício.

Tratava-se em parte de uma elite de província, funcionários periféricos ao Erário Régio, pertencente ao terceiro estado, responsáveis pelos valores que lhes eram debitados e que eram muitas vezes bastante elevados, decerto por falta de conferência. Podemos defini-los maioritariamente como Tesoureiros, Pagadores, Almojarifes e não como argentários (capitalistas).

Vejamos por curiosidade alguns nomes, datas e valores:

1765- João Lucas Barros e Mesquita – Tesoureiro dos Armazéns da Guiné e Índia, saldo 1451 contos

1798- Alexandre Pegado Mexia Roda – Tesoureiro das Tropas da Estremadura, Saldo 4.890 contos

- Joaquim José Ferreira dos Santos – Tesoureiro Geral dos Ordenados, saldo 8.268 contos

E comparem-se estes valores com os acumulados dos Balanços consolidados, mais uma vez. São valores que acima de tudo fazem eco de uma displicência na acareação de saldos, sempre exibida no Erário, mas que aumenta à medida que os anos avançam.

Nestes acumulados dos Balanços, vemos que os saldos têm muito mais expressão a débito do que a crédito.

Primeiro temos de relevar o facto da conta Caixa ser uma conta pivot de toda a movimentação contabilística do Erário. E aqui, embora repousando em Luca Pacioli e nas partidas dobradas toda a estrutura do sistema adoptado, será Simon Stevin (1548-1620), matemático belga, o inspirador do controlo dos tesoureiros praticado no Erário Régio, com o realce atribuído à conta Caixa (Monteiro, 1978).

Normalmente os saldos a débito expressam adiantamentos – conta Caixa - para Despesas e que demoram muito tempo a regularizar. Os adiantamentos a crédito expressam em grande parte relações com Contadorias ou adiantamentos – conta Caixa - de receitas fiscais, que muito mais rapidamente vão para Ganhos e Perdas. É conveniente não esquecer a mudança de paradigma de *juçamento da conta* na Casa dos Contos que demorava muito tempo a finalizar, para prestação de contas do Reino que era expressão do Erário Régio. E chegamos assim ao facto de o Erário controlar muito mais Receitas que Despesas.

E quais as causas possíveis para a subida acentuada dos valores acumulados do Balanço que reconstruímos em 1798?

- a) Informação contabilística mais complexa no fim do século
- b) Mais descuido no tratamento das contas no Erário
- c) Crescente endividamento, devido em grande parte ao factor guerra

d) Inflação com a conseqüente desvalorização da moeda

A Contabilidade por partidas dobradas dos tempos pombalinos montada no Erário em 1762 era mais directa, talvez menos densa que o sistema de registos dos anos 90, o que também ajuda a inflacionar os acumulados.

Quanto ao deficiente tratamento das contas e à intranquilidade que se adivinha na escrituração do Erário que analisámos, presente já no virar do século, implicava o maior envelhecimento de saldos, que se fossem conferidos ajudariam a limpar acumulados presentes na escrituração, desmantelando alguma da grandeza presente nos acumulados dos Balanços que reconstruímos.

E aqueles dois saldos gigantescos, de que falámos na análise – 8.268 contos e 8.120 contos de reis – reflectem isso mesmo – falta de acareação e conferência, por ignorância da conta Ganhos e Perdas – e assumpção de responsabilidades com os nomes nas contas, apenas na medida em que eram meros funcionários periféricos do Erário.

Também o anonimato na nomenclatura das contas de Terceiros do Erário que aqui e ali se vai evidenciando, retrata a falta de transparência das contas. Por outro lado também é crescente o valor dos saldos das contas de Contadorias, cujo envolvimento permite esconder e escamotear responsabilidades. Em 1798 temos dois saldos credores de Contadorias de 17.885 contos e 19.922 contos de reis. Para a época, são valores perfeitamente inconcebíveis. E ainda em 1798 um saldo devedor de 11 mil 647 contos de reis responsabiliza as ...“Despesas com munições de Boca para as Tropas”...

A competência formal dos Contadores do Erário, mais uma vez é atestada e assim sempre foi acontecendo ao longo dos tempos. Mas a falta de transparência que o secretismo do sistema foi aproveitando ao Absolutismo, manteve o sistema contabilístico do Erário numa camisa-de-forças, de que estes saldos são exemplo significativo.

Não há dúvida também que a instabilidade vivida na Europa após a queda do Antigo Regime em França, trouxe a guerra e as suas inevitáveis más conseqüências com os empréstimos e a inflação à cabeça. E que os números do Erário evidenciam em 1798, com a referência a um empréstimo de 8.759 contos de reis por exemplo.

Para lá do Erário e no que respeita ao Reino, depois do Rossilhão¹⁰ o crescente endividamento de que o empréstimo de 4.800 contos de 1796 foi paradigma, não resolveu o problema, pelo que o governo em Agosto de 1797 lançou a emissão de papel-moeda (1.200 contos), vencendo juros e repetindo até 1799 estes lançamentos (cerca de 16.500 contos). Como conseqüência de toda essa emissão de papel-moeda as apólices do Erário passaram a circular por metade do seu valor. E a inflação atingiu cerca de 60% na passagem do século, com a conseqüente desvalorização da moeda (Trigueiros, 2005). Era impossível pagar os juros, quanto mais pensar em amortizações. E veio a suspensão do pagamento dos juros, mais inflação e o papel-moeda falso...

Mas isto já é outra História de que o Erário não é protagonista.

¹⁰ Campanha do Rossilhão (1793-1795)- Guerra dos Pirenéus, entrada de Portugal com a Espanha e a Inglaterra, na guerra da Primeira Coligação, contra a França, após a execução de Maria Antonieta e Luís XVI em 1792. Entrámos com um estatuto de exército auxiliar à Espanha enviando 5.400 homens. A Campanha do Rossilhão acabou com a Paz de Basileia, recuperando os franceses territórios à Espanha incluindo em La Hispaníola na América Central.

FONTES

ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO

Registo Geral de Mercês, Diversos registos

Habilitações à Ordem de Cristo, Diversos processos individuais

Familiaturas ao Tribunal do Santo Ofício, Diversos processos individuais

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS

FUNDO GERAL DO ERÁRIO RÉGIO

Diversos Livros Diário, Mestre, Borrador do Diário, Receita e Despesa do Tesoureiro-mor, Caixa do Tesoureiro-mor

REFERÊNCIAS

- Benavente Rodrigues, Manuel**,(2011), *Os Homens do Erário Régio*, Revista Pecunia, nº 13, Universidad de Leon, pp. 59-81
- Benavente Rodrigues, Manuel**, (2011), *O Erário Régio e as Contas do reino no ano de 1765: o Poder e a Contabilidade*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
- Carqueja, Hernâni Olímpio**, (2010), *Arte da Escritura Dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765*, Lisboa, OTOC
- Costa, Fernando Dores, Fernanda Olival** (2005), *Élites Económicas*, in Lains, Pedro, Álvaro Ferreira da Silva, *História Económica de Portugal 1700 -2000*
- Franco, António L. Sousa**, (1995), *As Contas na História 1761-1834*, III, Lisboa, Tribunal de Contas
- Franco, António L. Sousa, Paixão, Judite Cavaleiro**, (1995) *Magistrados, Dirigentes e Contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o precederam*, Lisboa, Tribunal de Contas
- Gardiner, Patrick**, (2008), *Teorias da História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Guerra, Luís Bivar, Manuel Maria Ferreira**, (1950), *Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tribunal de Contas
- Labardin, Pierre, Marc Nikitin** (2009) "Accounting and the words to tell it: an historical perspective", *Accounting, Business & Financial History*, 19:2, 149-166
- Monteiro, Martim Noel**, (1979), *Pequena História da Contabilidade*, Lisboa, APOTEC
- Monteiro, Nuno Gonçalo**, (2007), *Elites e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

- Moreira, Alzira Teixeira Leite**, (1977), *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio: arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tribunal de Contas
- Pedreira, Jorge Miguel**, (1992), “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, XXVII
- Ramos, Luís de Oliveira**, (2007), D. Maria I, Lisboa, Círculo de Leitores
- Ratton, Jacome**, (1992), *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências no seu tempo em Portugal: de Março de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda
- Rau, Virgínia**, (1949), *A Casa dos Contos*, Lisboa, Tribunal de Contas
- Sá, António Lopes de**, (1998), *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, Lisboa, Vislis Editores
- Tomaz, Fernando** (1988), “As Finanças do Estado Pombalino (1762-1776)”, em *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa
- Trigueiros, António Miguel**, (2005), “Amoedação de Prata na Casa da Moeda de Lisboa 1721-1797”, *Revista Moeda 4º Trimestre de 2005*, pp.159-164, Lisboa, Publinumus
- Weber, Max**, (2004), *Economia e Sociedade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília

Nota biográfica do autor

Manuel José Benavente Rodrigues
 Director Jornal de Contabilidade - APOTEC
 Contabilista Certificado
 Mestre em História Moderna e Contemporânea
 ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
 ISCTE-Lisbon University

Contacto:

Manuel José Benavente Rodrigues
 Manuel Rodrigues & Associado STOC Lda.
 Av. General Norton de Matos nº 67 S/lj Dto.
 1495-148 - Algés
benaventerodrigues@gmail.com
 Tel: 351214121938 - Fax : 351214121939